



RELATÓRIO

Avaliação Institucional

Ano 2025

Triênio 2024-2026

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
1.1	DADOS INSTITUCIONAIS	2
1.2	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ...	2
2	METODOLOGIA	3
3	DESENVOLVIMENTO	5
3.1	PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	5
3.2	POLÍTICAS ACADÊMICAS	7
3.3	RESULTADOS DA PESQUISA CPA	8
3.3.1	Pesquisa entre discentes	8
3.3.2	Pesquisa entre docentes	14
3.3.3	Pesquisa entre corpo técnico	15
3.4	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	18
4	PÓS-GRADUAÇÃO	23
5	ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	24
5.1	AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	25
5.2	MEDIDAS IMPLEMENTADAS	26

1 INTRODUÇÃO

A avaliação institucional da Faculdade Baiana de Direito (FBD) coaduna-se com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem como objetivo, dentre outros, constituir-se em documento fundamental para o processo permanente de levantamento e observação dos fatos institucionais. Além de servir ao diagnóstico e à implementação de melhorias no projeto acadêmico, objetiva consubstanciar-se em um verdadeiro processo de autoconhecimento acadêmico. É uma avaliação global e integrada do projeto da Faculdade Baiana de Direito, que procura, através da reflexão sobre práticas e dimensões institucionais, afirmar compromissos, métodos e valores.

É, também, o principal documento para o acompanhamento externo das políticas institucionais e do projeto pedagógico, servindo a cada triênio como mecanismo de avaliação por parte do Ministério da Educação, bem como instrumento para reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.1 DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Faculdade Baiana de Direito e Gestão

Mantenedora: Escola Baiana de Direito Ltda.

Código: 3847

Característica: Instituição Privada de Ensino com fins lucrativos

1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) está atualmente composta pelos membros abaixo designados:

Coordenador da CPA / membro do corpo docente: Cláudia Albagli Nogueira

Membro do corpo técnico-administrativo: Susã Lira

Membro do corpo discente: Ana Carolina Alcântara

Representante da comunidade: Lucca Nascimento

Esta composição corresponde à equipe responsável pelas atividades de avaliação institucional no período anual, sendo este relatório referente ao ano de 2025 e parte do triênio 2024-2026.

2 METODOLOGIA

O processo de avaliação institucional no ano de 2025 dá continuidade ao propósito de realizar análise das rotinas acadêmicas, das atividades dos vários setores da Faculdade, bem como identificar e observar criticamente as mudanças realizadas, prospectando objetivos futuros. Sendo um relatório anual com ciclos trienais, considerou-se o histórico de mudanças operadas no processo pedagógico e nas condições estruturais em razão da incorporação de novas tecnologias ao processo de aprendizagem, além de aspectos como a comunicação institucional, políticas acadêmicas e fluxos administrativos. A pesquisa foi feita no segundo semestre: primeiro entre os estudantes analisando serviços, infraestrutura, relação docente e aspectos pedagógicos; posteriormente, com os professores e funcionários, igualmente adotando a avaliação de diferentes aspectos pedagógicos e estruturais.

O desenvolvimento dos questionários foi feito pelos membros da CPA, através de reuniões online, com a formulação de questões fruto de reflexão dos relatórios anteriores e do entendimento de aspectos a serem avaliados. Os trabalhos foram divididos em dois momentos: um anterior à pesquisa, para a elaboração das questões para a consulta da comunidade acadêmica; e outro posterior, para interpretação dos dados e elaboração do presente relatório. A pedido da CPA, a tabulação dos dados coletados foi feita pelo Centro de Tecnologia e Informática da própria Instituição.

O instrumento avaliativo de coleta de dados foi elaborado pela própria CPA, com base nas experiências anteriores e nas discussões internas, tendo em vista as seguintes dimensões temáticas:

- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Projeto pedagógico da graduação;
- Meios de comunicação da Instituição e sua eficácia junto à comunidade acadêmica;
- Avaliação qualitativa do corpo docente;
- Avaliação qualitativa do corpo técnico-administrativo;
- Avaliação qualitativa do corpo discente.
- Organização e gestão de Instituição;
- Eficiência e eficácia administrativo-financeira;
- Estrutura física (salas, sanitários, serviço de fotocópia, cantina e biblioteca);
- Inovação
- Autoavaliação do corpo discente, docente e técnico-administrativo.

A divulgação das atividades da CPA se deu de acordo com o público a ser alcançado. Assim, entre os estudantes da Instituição, foi feita através de cartazes espalhados pela Faculdade, também nas redes sociais e com a colaboração dos alunos membros do Centro Acadêmico Eduardo Espínola. Buscou-se, sempre, conscientizar a comunidade da importância da colaboração e dos efeitos positivos gerados pela efetiva participação. Entre os docentes, a divulgação se deu através de circular encaminhada individualmente por e-mail, assim como por meio de redes sociais privadas com cards que contaram com a participação dos próprios membros do corpo docente. Para os colaboradores, além da produção de cartazes com pares chamando à participação, também possibilitamos o acesso ao questionário através de QRcode.

A coleta das opiniões dos alunos se deu pela via digital-eletrônica, por meio do acesso à plataforma acadêmica, durante os meses de setembro e outubro de 2025. Os demais colaboradores e integrantes da comunidade acadêmica responderam ao questionário nos meses de outubro e novembro de 2025, tanto os docentes como os demais funcionários, por preenchimento manual.

Na consulta à comunidade tivemos uma participação de 225 (duzentos e vinte e cinco) respondentes, o que representa em torno de 30% (trinta por cento) dos estudantes ativos em 2025. Esse índice se assemelha a médias históricas de outros relatórios da CPA e há um esforço permanente de incrementar a participação que é avaliado e reavaliado por esta Comissão. Ainda assim a amostragem permitirá avaliação e indicação de eventuais mudanças.

Entre os professores da graduação, foram 29 (vinte e nove) respondentes de um total de 55 (cinquenta e sete) docentes, apontando um índice de 52% (cinquenta e dois por cento) de atendimento à pesquisa. Entre os funcionários, foram 72 (setenta e dois) respondentes de um universo de 170 (cento e setenta) pessoas, o que corresponde a 42% (quarenta e dois por cento), índice inferior aos anos anteriores, o que será anotado para sugerir ações que voltem manter o patamar de respondentes até aqui alcançado.

Manteve-se, em todos os casos, a prerrogativa da não identificação dos que contribuíram com o processo. Para tanto, o sistema eletrônico não associa as respostas fornecidas ao aluno e as cédulas manuais destacaram a facultatividade da aposição do nome.

3 DESENVOLVIMENTO

O levantamento dos dados no ano 2025, feito por meio de tabulação gráfica, possibilitou destacar a situação dos principais aspectos institucionais em face da comunidade acadêmica.

Vão aqui organizados de acordo com os cinco eixos correspondentes às dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei 10.861/2004. São os eixos: planejamento, avaliação institucional e desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física e inovação.

Em item específico, considerando as peculiaridades dos cursos e buscando a clareza e objetividade do presente relatório, vai a análise das avaliações da pós-graduação da Faculdade.

3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Realizada desde o ano de 2007, a avaliação institucional vem evoluindo para buscar resultados mais eficazes, sempre alcançando os três grupos envolvidos no desenvolvimento da atividade acadêmica, quais sejam: discentes, docentes e corpo técnico-administrativo. Incluindo os resultados das avaliações realizadas pelo Núcleo de Pós-graduação, compreendendo a CPA como avaliação global integrada.

Em consonância com o PDI, numa compreensão de que é a avaliação instrumento fundamental para a sua concepção e realização, tem-se procurado atingir os três fundamentos do funcionamento da Faculdade Baiana de Direito (FBD) – ensino, pesquisa e extensão – e, principalmente, o aprimoramento através da indicação das possíveis deficiências, para correção, e dos resultados positivos, para incremento.

Do mesmo modo, quando projetamos a missão institucional, lembrando que a FBD tem, entre as suas peculiaridades, ser uma Instituição ainda de curso único, que preza pela qualidade do corpo docente e por uma sólida formação ética, moral e técnica. A FBD tem o firme propósito de ofertar uma formação completa aos seus discentes, porque acredita na educação superior como elo responsável pela capacitação do ser humano na formação profissional, mas também na dimensão cultural e humanística, para que ele possa ter um crescimento enquanto indivíduo.

No que se refere à responsabilidade social da FBD, os relatórios de avaliação institucional anteriores já apontam para um incremento desse viés através da ampliação das

suas atividades de iniciação científica, notadamente grupos de estudo que têm como objeto matérias de grande interesse social local. Esses grupos de estudo foram mantidos ativos durante a pandemia, assegurando a continuidade das pesquisas e voltando parte delas para a compreensão das relações entre direito e pandemia. Também são atividades que procuram reordenar suas temáticas de acordo com as demandas que vão se apresentando, de maneira que ao longo dos anos inúmeros grupos de estudo já desenvolveram importantes trabalhos de pesquisa.

No campo da extensão, acompanhando o processo de sua curricularização, a FBD vem buscando ampliar o leque de atividades dessa natureza, tendo em 2025 seis projetos ativos: o Projeto Direito na Escola, que está no seu décimo segundo ano de atividade; o Observatório de Direito e Tecnologia; o Projeto de Educação Financeira e Prevenção ao Superendividamento; o Projeto Constituição Cidadã; o Projeto Liberdade Procurada e o Núcleo de Práticas Jurídicas. Esse rol de projetos extensionistas demonstra a atenção institucional em consolidar esse perfil de atividades, inclusive incorporando-as às rotinas acadêmicas dentro e fora da sala de aula.

Por fim, a atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que realiza atendimento gratuito para consultoria e assistência judicial, impactou positivamente no atendimento à população localizada nas proximidades da Faculdade e outros bairros. No ano de 2025 o NPJ possui 372 (trezentos e setenta e dois) processos ativos e realizou 13 acordos. Ressalte-se que, ao longo do período pandêmico, em que atividades presenciais foram suspensas, manteve-se os atendimentos online para acompanhamento e ingresso de ações, assim como fora realizado acompanhamento específico para situações jurídicas relacionadas à pandemia, o que demonstra a atividade contínua do NPJ.

Através da sua mantenedora, a FBD busca a inserção de alunos por meio de políticas públicas educacionais, tais como o PROUNI – em 2025 foram 26 (vinte e seis) –, além de programa próprio de bolsas de estudo, tendo garantido a um total de 5 (cinco) alunos bolsa integral no ano de 2025. Nesse mesmo propósito, existe o ACREDITE, programa de parcelamento da Faculdade Baiana de Direito, com objetivo de permanência do estudante na Instituição. Atualmente são 37 (trinta e sete) alunos ativos. Considerando a instabilidade econômica e a redução de renda de muitas famílias, a existência desse programa financeiro mostrou-se ainda mais relevante para assegurar o direito à educação daqueles que estão com suas graduações em curso e que conseguiram manter o vínculo institucional através de negociação diretamente com a Faculdade.

3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Baiana de Direito vem, ao longo dos seus dezenove anos de existência, buscando o aprimoramento das suas políticas institucionais. O projeto acadêmico, na perspectiva do ensino, compõe-se de currículo em consonância com as regras do Ministério da Educação e ajustado aos objetivos institucionais.

A Instituição considera importante a graduação pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Também, nos últimos anos, a FBD vem aprimorando atividades que despertem o aluno para o exercício da alteridade, acreditando que esta é ferramenta essencial à formação do profissional contemporâneo. Daí, por exemplo, a inclusão de disciplinas obrigatórias no currículo da graduação, como Direito e Tecnologia, Direito e Diversidade, e como disciplinas eletivas, Direito e Bioética e Políticas Públicas. Também o favorecimento de metodologias ativas, entendendo o protagonismo e a capacidade de desenvolver soluções, como características essenciais ao estudante frente aos novos cenários das profissões jurídicas.

Diferente não é com a Pós-graduação, onde, buscando a potencialização de especialidades profissionais, bem como o aprimoramento de habilidades como comunicação e criatividade, tem-se expandido enquanto Núcleo.

Orientada por uma visão interdisciplinar, concebe sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo para compreensão da complexidade da realidade; reconhece, assim, que todo conhecimento é igualmente importante. Neste sentido, procura a integração do ensino com a pesquisa e com a extensão, estimulando-as por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação. São exemplos do que se expõe neste relatório o rol de atividades extensionistas anteriormente elencado.

Nos anos de 2020 e 2021, um esforço conjunto entre os diversos setores da instituição foi feito para adaptação às condições peculiares impostas com a pandemia, preservando o projeto acadêmico na sua perspectiva macro e implementando as mudanças necessárias à realidade do ensino remoto e híbrido. Também houve, pela Coordenação acadêmica, uma política de estímulo ao uso de metodologias compatíveis com o ambiente virtual, inclusive com a contratação de consultoria externa para capacitação docente.

O ano de 2022 representou o desafio do retorno totalmente presencial onde se mostrou necessária a avaliação de quais mudanças poderiam ser incorporadas às novas rotinas presenciais, que instrumentos pedagógicos deveriam ser aproveitados e como readaptar a comunidade de discentes e docentes. Os anos de 2023 e 2024 seguiram com realização de ajustes à medida que a compreensão das rotinas e do que efetivamente havia funcionado na combinação com o projeto pedagógico se evidenciou.

O sistema ÁGATA, ambiente virtual de ensino utilizado durante a pandemia, foi substituído pela plataforma TEAMS, passando a funcionar como espaço de organização das aulas online, de compartilhamento de conteúdo, encaminhamento e realização de avaliações e plataforma oficial de interação entre professores e alunos. Tornou-se espaço de contribuição ao processo de ensino e aprendizagem de forma interativa.

Quanto ao processo avaliativo, permanece ainda a estrutura avaliativa de realização de provas discursivas aplicadas no período das aulas, além da realização semestral do provão, que é uma prova objetiva aplicada a toda comunidade estudantil. Destaca-se, como já dito, o comprometimento com a perspectiva macro dos objetivos institucionais, destacadamente no que se refere à excelência do ensino e à formação humanística.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA

3.3.1 Pesquisa entre discentes

A Comissão Própria de Avaliação estruturou a pesquisa junto aos alunos a partir da análise das relações entre alunado e os setores de suporte da Faculdade, avaliação do processo de aprendizado, análise individualizada dos docentes, aspectos tecnológicos, e de infraestrutura.

Na sequência, apresentamos os principais índices, ressaltando que todos os dados colhidos estarão anexos a este relatório, à disposição para eventuais análises das tabulações.

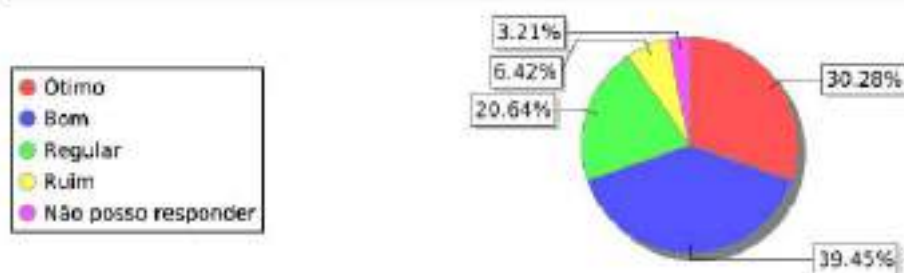
Dentre as questões dirigidas ao processo de formação do conhecimento do aluno, em que avaliam as condições de aprendizagem a partir do uso de recursos tecnológicos durante as aulas e aspectos pedagógicos do curso, destaca-se questão relativa ao uso de ferramentas digitais em sala de aula, que se constitui em um dos pontos importantes entre as mudanças operadas após o período de pandemia, uma vez que a infraestrutura foi incorporada ao processo de aprendizagem do alunado, entendendo como incremento das possibilidades de didática dos docentes. Nessa avaliação, entre ótimo e bom temos um índice de 69,73 (sessenta e nove virgula

setenta e três por cento), demonstrando que há uma receptividade aos usos pedagógicos dessas ferramentas, inclusive em crescimento, uma vez que na avaliação de 2024 esse índice era inferior (59%).

Gráfico 1 – Questão 3 da parte 2 “Aspectos acadêmicos”

3 - Como você avalia o uso das ferramentas digitais adotadas pelo docente para a condução das aulas:		
Ótimo	65	30,28%
Bom	85	39,45%
Regular	45	20,64%
Ruim	14	6,42%
Não posso responder	7	3,21%

Questionário de Avaliação Institucional



Fonte: Elaboração própria.

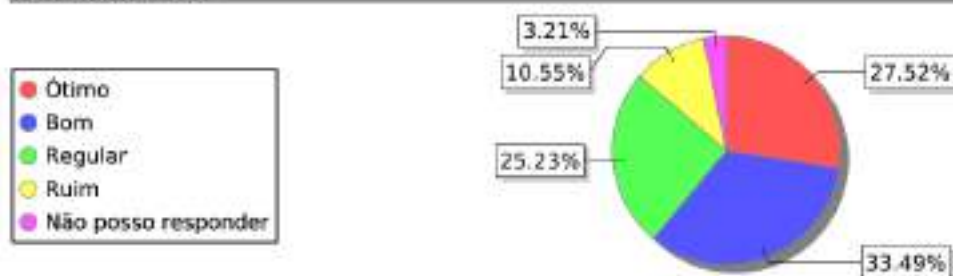
Ainda na linha da análise dos aspectos acadêmicos, os alunos foram questionados quanto ao uso da Plataforma Teams, que substituiu o ambiente virtual Ágata. Este é outro índice que vem apresentando resultados mais positivos, com 61% (sessenta e um por cento) avaliando ótimo ou bom, em detrimento de 35% (trinta e cinco por cento) que avaliam como regular ou ruim. Essa evolução, comparada a anos anteriores, possivelmente se dá pela consolidação no uso da plataforma e absorção das suas funcionalidades.

Gráfico 2 – Questão 1 da parte 2 “Aspectos acadêmicos”

PARTE 2: ASPECTOS ACADÊMICOS

1 - Em relação ao ambiente virtual Teams adotado para a comunicação, realização de atividades online e compartilhamento de materiais, você avalia como:

Ótimo	60	27.52%
Bom	73	33.49%
Regular	55	25.23%
Ruim	23	10.55%
Não posso responder	7	3.21%



Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto muito importante de avaliação da parte acadêmica diz respeito ao provão como meio de avaliação. O provão se constitui em uma escolha pedagógica da Faculdade Baiana de Direito, realizando semestralmente uma prova objetiva para todos os estudantes a partir do segundo semestre, em que se avalia o aprendizado nos componentes curriculares que o estudante cursou no semestre anterior e nos demais semestres já realizados. Isso através de uma prova objetiva, permitindo ao estudante outra metodologia de avaliação, assim como um contínuo processo de aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao longo do curso e preparação para provas objetivas de Exame da Ordem e concursos públicos.

Ao longo dos anos essa vem sendo uma questão de atenção da CPA. A partir dos relatórios produzido constituiu-se comissão para discutir a aprimorar o provão e na avaliação de 2025 os números apresentam uma melhor avaliação da comunidade. Entre aqueles que consideram ótimo ou bom o modelo de avaliação soma 41% (quarenta e um por cento), comparados a 54% (cinquenta e quatro por cento) que acham regular ou ruim. Compreendemos que ponto que merece acompanhamento, embora a avaliação revele que ajustes feitos melhoram o sistema e o olhar da comunidade.

Outro ponto que apresenta um ponto de atenção é quanto ao uso de metodologias ativas nos componentes cursados. É este um dos elementos estruturadores do projeto didático. Na

avaliação 43% (quarenta e três por cento) avaliam como ruim ou regular, enquanto 53% (cinquenta e três por cento) veem como ótimo ou bom. Há um equilíbrio na avaliação, mas é possível ainda incremento desse ponto.

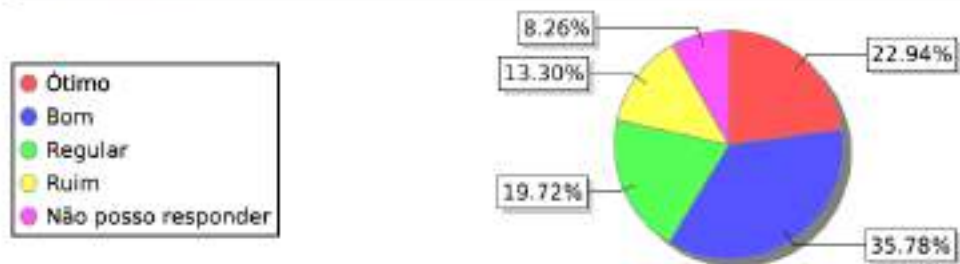


As atividades extraclasse que compõem o processo de formação dos alunos, seguem bem avaliadas e é um ponto em que se constata a ampliação de atividades, com a criação de grupos de pesquisa, ligas acadêmicas e aumento do rol de extensões. Considerando-se o processo de curricularização da extensão estabelecido pela Resolução 05/2018 do Conselho Nacional de Educação, torna-se imprescindível avaliar o desenvolvimento dessas atividades pelos estudantes, o conhecimento e a participação. Assim, feita a pergunta quanto às atividades extraclasse, identificou-se que:

Gráfico 3 – Questão 7 “Aspectos acadêmicos”

7 - Em relação à divulgação e realização das atividades extraclasse (grupos de estudo, Juri simulado, Cortes Simuladas, etc) promovidas pela faculdade, você

Ótimo	50	22.94%
Bom	78	35.78%
Regular	43	19.72%
Ruim	29	13.30%
Não posso responder	18	8.26%



Fonte: Elaboração própria.

Ainda na parte acadêmica, registramos o aprimoramento do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico. Desde 2022, passou a funcionar o Centro de Apoio e Acompanhamento Psicoemocional (CAAPE), cujo propósito é o atendimento aos alunos que procuram a direção da Faculdade, ou aqueles que sejam indicados para atendimento pela coordenação ou por algum docente. O trabalho da CAAPE é desenvolvido por dois psicólogos, uma psicopedagoga e uma secretária, constituindo-se em acompanhamento de suporte na aprendizagem. Auxiliam na elaboração de um plano de estudo, de modo a compreender a importância da rotina, engajamento e responsabilidades. É um setor que trabalha diretamente com a Coordenação Acadêmica e Colegiado de curso nas decisões quanto às questões relativas a estudantes que apresentem questões emocionais acompanhadas ou não de dificuldade de aprendizado, que precisam redimensionar matrículas ou realizar processos como o de trancamento de matrícula ou extensão de prazos acadêmicos.

A avaliação do corpo docente pelos alunos se deu através de questões que tiveram como intuito observar a atuação em sala de aula, previsibilidade das ações docentes, assim como uso de metodologias ativas, o que vem sendo posto como prioridade nos últimos anos pela FBD.

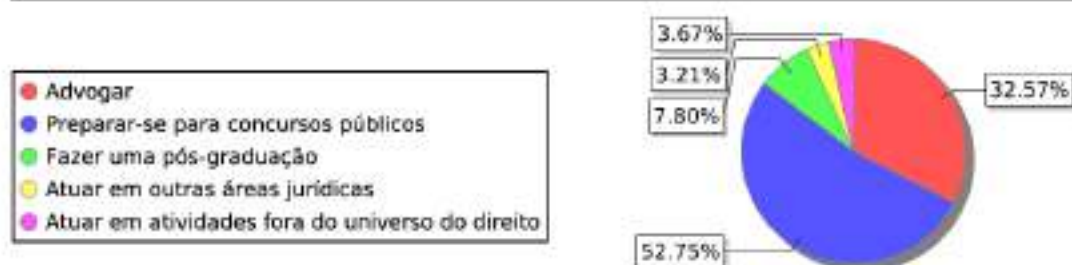
Além disso, desde a avaliação institucional de 2022, algumas questões foram introduzidas e se mostram importantes para o desenvolvimento do projeto institucional. Questões voltadas à relação de ingresso do aluno na Faculdade Baiana de Direito e em relação

às suas pretensões após a saída da instituição. Nessa questão última em específico, buscou-se colaborar com o perfil do egresso dos nossos estudantes.

A primeira questão referiu a **qual a pretensão dos estudantes após a finalização do curso**, tendo sido perguntado se advogar, realizar concurso público, pós-graduação, atuar em outras áreas jurídicas ou atuar fora do universo do direito. Como resultado índices em todos os itens, prevalecendo a busca pelo concurso público, como se vê na figura e no gráfico abaixo.

8 - Após a conclusão do curso a sua pretensão é:		
Advogar	71	32.57%
Preparar-se para concursos públicos	115	52.75%
Fazer uma pós-graduação	17	7.80%
Atuar em outras áreas jurídicas	7	3.21%
Atuar em atividades fora do universo do direito	8	3.67%

Questionário de Avaliação Institucional



Fonte: Elaboração própria.

A outra questão pretendeu identificar **o que levou o estudante a escolher a Faculdade Baiana de Direito**, compreendendo dessa maneira o porquê da busca dos discentes e como a Instituição se relaciona no mercado de instituições privadas de ensino. O resultado demonstra que o fator mais evidente é a credibilidade da Instituição, com 55% (cinquenta e cinco por cento) dos respondentes terem dito que por essa razão escolheram a Faculdade Baiana de Direito.

Entre os itens de **relação institucional e infraestrutura**, chamam atenção de um lado a avaliação positiva em relação à **interlocução com a Coordenação Acadêmica**, que tem 81% (oitenta e um por cento) de aprovação, **secretaria acadêmica** com 85% (oitenta e cinco por

cento) de aprovação e a cantina que alcança neste ano de 2025 78% (setenta e oito) por cento de aprovação.

Entre as respostas, a avaliação das **áreas de convivência**, que ainda aparece com 41% (quarenta e um por cento) indicando insatisfação. Esse é um ponto a observar-se na avaliação de 2026 já que houve a implantação de nova área de descanso e lazer, além do redimensionamento do espaço da cantina, que também é uma área de convivência.

Por fim, em pergunta sobre as **vagas de estacionamento** (quantidade e estrutura), a avaliação 2025 indica ponto de atenção, já que 59% (cinquenta e nove por cento) se dizem insatisfeitos, enquanto 39% (trinta e nove por cento) aprovam.



Fonte: Elaboração própria.

3.3.2 Pesquisa entre docentes

A pesquisa à comunidade docente foi feita no segundo semestre de 2025 com o objetivo de avaliar as atividades, bem como desdobramento de algumas políticas institucionais implementadas ao longo dos últimos anos, especialmente após retorno da pandemia.

Assim, a pesquisa contemplou as mudanças estruturais implantadas, assim como aspectos tradicionalmente analisados, a exemplo das questões pedagógicas, pertinência da área de ensino e periodicidade das publicações.

Como já mencionado no início deste relatório, no ano de 2025 participaram 29 (vinte e nove) docentes, o que representa 52% (cinquenta e dois por cento) do total de docentes da

instituição. Este índice garante uma margem de amostra para a avaliação institucional e resulta do esforço de comunicação e sensibilização dos professores quanto à relevância da avaliação, mesmo que cientes de que pode ser melhorado. Destes respondentes 65% (sessenta e cinco por cento) estão há mais de dez anos na FBD, o que revela um corpo docente com perenidade, fator que legitima ainda mais esta pesquisa.

Entre as respostas, destacam-se questões sobre o **uso de metodologias ativas**. Na avaliação desse ano, 45% (quarenta e cinco por cento) dos participantes indicam trabalhar com metodologias ativas nas aulas, mas mantêm as suas avaliações do modelo tradicional. Outros 34% (trinta e quatro por cento) dizem utilizar metodologias ativas em todo o semestre. Esses índices demonstram que o uso de metodologias ativas está incorporado às práticas pedagógicas e que segue sendo um elemento importante do projeto pedagógico da FBD, podendo ser aperfeiçoado.

7 - Em relação ao uso das metodologias ativas nas disciplinas lecionadas:		
Sim, utilizei de metodologias ativas em todas as disciplinas lecionadas e ao longo de todo o semestre	10	34,48%
houve uso de metodologias ativas nas avaliações	2	6,90%
O uso de metodologias ativas deu-se nas aulas, mantendo as avaliações no formato tradicional	13	44,83%
Não fiz uso de metodologias ativas em razão do número de discentes e incompatibilidade com	4	13,79%

● Sim, utilizei de metodologias ativas em todas as disciplinas lecionadas e ao longo de todo o semestre
● houve uso de metodologias ativas nas avaliações
● O uso de metodologias ativas deu-se nas aulas, mantendo as avaliações no formato tradicional
● Não fiz uso de metodologias ativas em razão do número de discentes e incompatibilidade com os conteúdos

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao uso da Plataforma Teams, 51% (cinquenta e um por cento) informam usar a plataforma com regularidade sendo útil ao desenvolvimento das aulas e atividades, enquanto 24% (vinte e quatro por cento) dizem usar o Teams apenas para entrega de materiais.

Em pergunta sobre satisfação com a condição salarial, 62% (sessenta e dois por cento) dizem-se satisfeitos com a condição salarial, considerando a realidade do mercado de trabalho.

3.3.3 Pesquisa entre corpo técnico

O corpo técnico foi ouvido através da pesquisa CPA realizada por questionário impresso não identificável, buscando igualmente avaliar o retorno presencial, políticas novas que foram

implantadas diante desse processo e análise dos elementos habituais relacionados ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Entre os funcionários, foram 72 respondentes de um universo de 170 pessoas, o que corresponde a 42% (quarenta e dois por cento) de atendimento à pesquisa da CPA. Esse índice representa um número satisfatório de servidores para legitimidade da avaliação. Dentre esses, 21% (vinte e um por cento) são funcionários há mais de cinco e menos de dez anos, e 18% (dezoito por cento) há mais de dez anos, constituindo um corpo técnico com permanência, o que contribui para a construção de uma memória institucional.

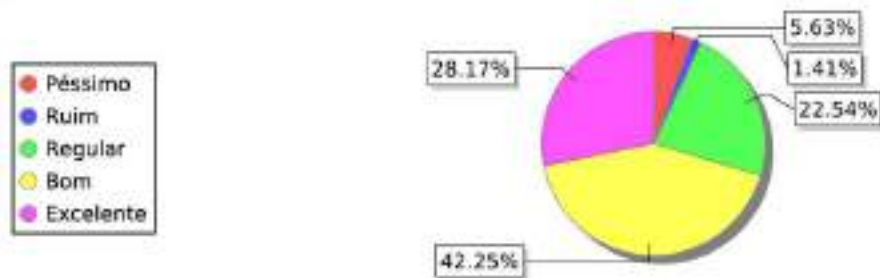
Dentre as questões respondidas, destaca-se a avaliação do **diálogo institucional (dimensão vertical)** e do **relacionamento entre colegas (dimensão horizontal)**. Quando perguntados sobre o diálogo com a direção da Faculdade, 75% (setenta e cinco por cento) apontam como boa ou excelente. Em relação ao relacionamento entre colegas, 70% (setenta por cento) dizem ter boa ou excelente relação.



Fonte: Elaboração própria.

6 - Como você avalia o relacionamento entre os funcionários da empresa?

Péssimo	4	5.63%
Ruim	1	1.41%
Regular	16	22.54%
Bom	30	42.28%
Excelente	20	28.17%



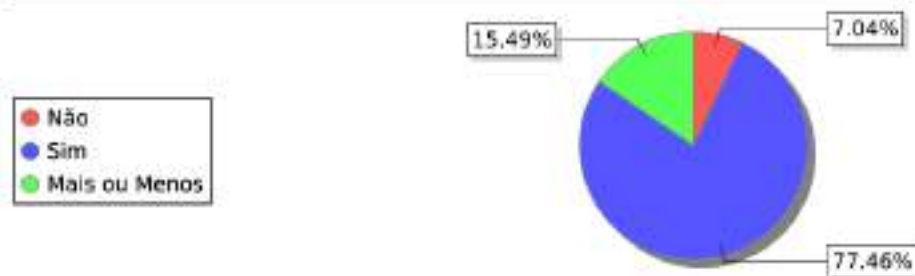
Fonte: Elaboração própria.

Um outro ponto interessante da pesquisa é em relação ao **investimento em treinamentos**, que vem sendo colocada como política institucional e nesta pesquisa 73% respondem afirmativamente quando perguntados. Também em relação a como o funcionário se sente frente à empresa, sobre o respeito, onde 77% (setenta e sete por cento) respondem afirmativamente.

Questionário de Avaliação – Colaboradores da Faculdade Baiana de

10 - Você se sente respeitado na empresa?

Não	5	7.04%
Sim	55	77.46%
Mais ou Menos	11	15.49%



Fonte: Elaboração própria.

Em todas as questões sobre infraestrutura e ambiente de trabalho, as respostas foram majoritariamente positivas, revelando satisfação com os cuidados em torno das condições de limpeza, higiene, segurança e equipamentos. No resultado completo anexo a este relatório, é possível analisar questão por questão respondida positivamente.

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Faculdade vem ao longo dos anos desenvolvendo uma série de políticas institucionais que se somam ao projeto pedagógico. Ressaltam-se as **políticas de mérito e programa de monitoria**.

Durante todo o ano de 2025, 91 (noventa e um) aluno(a)s participaram das atividades de monitoria. Desses, foram 16 (dezesesseis) alunos bolsistas e 75 (setenta e cinco) alunos voluntários. A monitoria se constitui em elemento formativo no processo educacional e a Faculdade tem mantido e ampliado o programa com bolsas a cada ano, incentivando a realização dessas atividades.

MONITORIA 2025	
Monitores Bolsistas	16
Monitores Voluntários	75
Total	91

O Núcleo de Iniciação Científica da IES atua como complementar aos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala e tem como objetivo fomentar a iniciação científica por meio da produção individual ou coletiva de estudos, além de propiciar ao estudante, desde o início da sua formação acadêmica, a reflexão sobre os problemas cotidianos e o enfrentamento destes. Entre as atividades que são desenvolvidas, estão: elaboração de revistas e cartilhas, elaboração de relatórios com diagnóstico e proposição da realidade social, concursos de artigos e monografias, seminários, palestras, aplicação de questionários junto à comunidade, entre outras. Mais adiante é apresentado o rol dos grupos em funcionamento na Faculdade.

Atualmente, diversos grupos de pesquisa estão ativos em diferentes áreas de pesquisa, de modo a possibilitar que os discentes desenvolvam as suas potencialidades acadêmicas e experimentem a pesquisa, desdobrando em artigos ou relatórios com possibilidade de

publicação em revistas científicas e participação em eventos acadêmicos. São os seguintes grupos de pesquisa ativos:

✓ **Grupos de Iniciação Científica:**

✓ **Atividades de Extensão:**

Direito na Escola (Coord. Prof^a. Cláudia Albagli) – Projeto desenvolvido desde 2013, que tem como proposta levar conhecimentos básicos de cidadania a alunos da rede pública estadual. Tratando de temas de interesse social, apresentados pelos estudantes da Faculdade Baiana de Direito, através de linguagem simplificada e uso de recursos artísticos e visuais, o projeto atende a um compromisso social da instituição e pretende colaborar com a formação cidadã, ao mesmo tempo que tem uma função formativa para os alunos. Em 2022.2, o projeto retoma seu formato presencial e leva às escolas públicas temas como direitos eleitorais, direito ao nome e imagem e violências contra a mulher.

Educação financeira e prevenção ao superendividamento (Coord. Prof^a. Flávia Marimpietri) – Em parceria com Tribunal de Justiça da Bahia, esse projeto de extensão visa auxiliar na organização financeira e realização de acordos para posterior homologação pelo TJ/BA.

Observatório de direito e tecnologia (Coord. Prof. Marcus Seixas) – Consiste na interação entre integrantes voluntários e a comunidade. Esse grupo de estudantes deve adotar medidas de comunicação com empresas, associações e *startups*, incluindo sociedades de advogados, órgãos e entidades da administração pública e entidades do terceiro setor, para convidá-los a serem beneficiados pelo diagnóstico de maturidade e adequação quanto à privacidade e proteção de dados pessoais.

Projeto Liberdade Procurada (Coord. Daniel Nicory) - O Projeto Liberdade Procurada, em parceria com Defensoria Pública do Estado da Bahia se destinou a revisar todos os mandados de prisão em aberto na Bahia, em busca de casos de prescrição não reconhecidos ou de outras inconsistências que indiquem que a pessoa estava sendo procurada indevidamente.

Projeto Constituição Cidadã (Coord. Gabriel Marques) – o projeto tinha como objetivo geral “Democratizar o acesso à informação sobre a Constituição Federal de 1988, utilizando o Instagram como plataforma principal para educar, engajar e empoderar cidadãos sobre seus direitos e deveres”. Ampliar o conhecimento do público em geral sobre a

Constituição Federal de 1988, estimular o interesse e a participação cívica dos cidadãos brasileiros e traduzir a linguagem constitucional para um formato compreensível e atraente.

Além das atividades descritas, as competições de Cortes simuladas também são hoje atividades incorporadas às rotinas acadêmicas, que vêm a cada ano envolvendo número maior de estudantes. São competições com calendário anual e, em regra, etapas brasileira e internacional. Exigem, ao mesmo tempo, rotina prévia de pesquisa e preparação e, no momento da competição, o desenvolvimento de importantes habilidades profissionais, tais como desenvoltura oral, raciocínio lógico e lastro argumentativo consolidado.

1.16 COMPETIÇÕES SIMULADAS

2025.1			2025.2		
Competições Simuladas	Coach	Quantidade de alunos	Competições Simuladas	Coach	Quantidade de alunos
ARBITRAGEM DO NEGÓCIO (CAMARGO)	—	07	OMORS / CAEMP	RIJ ANDRADE	18
JULGAMENTO SIMULADO DO STF (STF MOOT)	GEOWAN PEREIRO	09	COMPETIÇÕES DE PROCESSO CIVIL	ANDREZA TRINDADE DIAMANTE e TACIANA DA SILVA SOUZA	09
VIS MOOT	THIAGO BORGES	11	MEDIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO	MATHEUS GUANABARA	11
Corte Internacional – JESSUP	THIAGO BORGES	11	COMPETIÇÃO EM DIREITO E PROCESSO PENAL	JOSE ANTONIO LOPES MARQUES	09
			COMPETIÇÃO EM DIREITO E PROCESSO PENAL	CARLOS DILTON	19
			VIS MOOT	THIAGO BORGES	11

* A equipe de **JESSUP** - A equipe foi consagrada como 7ª melhor mundial do Brasil. Não se classificou para a fase internacional.

* A equipe de **COMPETIÇÕES DE PROCESSO CIVIL** - A equipe não obteve êxito na etapa escrita e, por isso, não se classificou para a fase oral. Não ficou entre as 24 equipes selecionadas.



Fonte: Relatório de indicadores da FBD

Além dos grupos de iniciação científica, atividade de extensão e das competições de cortes simuladas, é necessário considerarmos as entidades organizadas pelos discentes e fomentadas pela instituição, o que demonstra a interação destes com o espaço acadêmico e a iniciativa de extensão do aprendizado para fora do espaço da sala de aula. Três delas possuem espaço próprio na Faculdade (C.A., Atlética e Alfa Empresa Júnior). São entidades atualmente em atividade na Faculdade:

- ❖ Alfa Empresa Júnior;
- ❖ Atlética Baiana;

- ❖ Centro Acadêmico Eduardo Espínola;
- ❖ Liga Baiana de Estudos Civil; LABEC
- ❖ Liga Acadêmica de Direito Desportivo; LADD
- ❖ Liga Baiana de Ciências Criminais; LBCCRIM
- ❖ Liga Baiana de Direito Internacional Público e Privado; LADIPP
- ❖ Liga de Produção de Estudos em Direito Administrativo; PROAD
- ❖ Liga Acadêmica de Direito Imobiliário. LADIM

Igualmente, o incremento dos investimentos para a manutenção e o aperfeiçoamento de obras e periódicos de divulgação científica e intelectual (revistas), visando à ampliação da produção docente, assim como a atualização do quadro de carreira docente, para incentivo ao desenvolvimento da carreira profissional. A Civil Procedure Review é exemplo dessa iniciativa. Revista que tem atualmente classificação Qualis A2.

No segundo semestre de 2025 foi implementado o Mestrado Profissional em Gestão de Sistemas de Justiça e de Mecanismos de Efetivação dos Direitos, que vem para complementar o projeto acadêmico da Faculdade Baiana de Direito. A primeira turma foi selecionada para o semestre 2025.2 e iniciou as atividades em setembro.

Por fim, a própria avaliação institucional é parte fundamental desse caminho de organização e gestão da Instituição, sempre tendo em vista o incremento dos serviços e das ações institucionais. A prática da avaliação é vista como um diferencial importante nos processos decisórios, permitindo, portanto, uma ampla atuação da CPA como instrumento de diagnóstico para a tomada de decisão. É uma memória institucional que engloba as ações gerenciais e as atividades pedagógicas.

A Faculdade Baiana de Direito e Gestão mantém sua **sustentabilidade financeira** mesmo diante dos desafios do mercado, em razão de uma gestão financeira eficiente, voltada ao crescimento e à solidez institucional, trazendo como principais pilares estratégicos uma gestão de caixa inteligente, planejamento e acompanhamento orçamentário, controle rigoroso de custos e despesas, diversificação de receitas e monitoramento contínuo de indicadores financeiros. Essa abordagem vem garantindo uma operação estável e financeiramente responsável, permitindo que a instituição continue gerando valores para seus alunos, parceiros e conselheiros.

A estrutura financeira é fundamentada em um plano de contas que interagem com cada centro de custos, aliado a boas práticas de gestão e metas estratégicas. Como resultado, a

instituição mantém o equilíbrio econômico-financeiro e possibilita investimentos contínuos em infraestrutura e modernização, incorporando novas ferramentas e tecnologias.

Da análise dos dados identifica-se a promoção de um projeto educacional organizado, moderno, inovador, dinâmico e autossustentável. A Mantenedora, dentro dos limites do regimento interno, assegura os meios necessários para o funcionamento da Instituição, disponibilizando bens próprios ou cedidos por terceiros e garantindo os recursos financeiros para viabilizar as ações institucionais. A Mantenedora cuida da administração do orçamento da Faculdade, podendo compartilhar essa responsabilidade, total ou parcialmente, com o Diretor Geral. Para garantir transparência, o Diretor deve apresentar relatórios financeiros mensais. Ademais, sempre que os órgãos colegiados propuserem gastos adicionais, o conselho consultivo analisará a viabilidade dessas decisões.

Desde 2008, a Faculdade Baiana de Direito e Gestão tem se mantido de forma independente, sem necessidade de aportes da Mantenedora. Com receitas próprias, cobre todas as despesas administrativas, impostos, salários e investimentos. Esse equilíbrio financeiro se reflete em seu histórico, sem registros de inadimplência ou atrasos nos pagamentos, demonstrando uma gestão sólida e responsável.

As mensalidades do curso de graduação em Direito são a principal fonte de receita da Faculdade Baiana de Direito e Gestão, correspondendo a cerca de 79% do total arrecadado. Esses recursos, se necessário, seriam suficientes para cobrir o funcionamento da instituição.

Além das mensalidades da graduação (79%) e da pós-graduação/MBA (16%), a Faculdade Baiana de Direito e Gestão conta com outras fontes de receita que ajudam a manter suas atividades, como: taxas de serviços acadêmicos, segundas chamadas, multas da biblioteca e a locação de espaços, que juntas representam cerca de 1,2% do total arrecadado.

Com base em nossas demonstrações contábeis, tivemos um crescimento significativo em relação ao ano de 2024. O resultado operacional aumentou 12%, o lucro líquido cresceu 15%, o EBITDA teve um avanço de 10%. Esses números refletem a solidez e a evolução contínua da nossa instituição.

Os números coletados identificam que a Faculdade Baiana de Direito e Gestão mantém sua solidez financeira por meio de uma gestão estratégica e eficiente, garantindo equilíbrio econômico, autonomia e capacidade de investimento. Com crescimento contínuo e resultados expressivos, a instituição reforça sua sustentabilidade e compromisso com a excelência.

Uma medida por fim, como instituição socialmente responsável, a Faculdade Baiana de Direito possui algumas **parcerias com instituições e empresas**, visando elaboração e

implementação de projetos essenciais à integração da Instituição de Ensino Superior com a comunidade na qual está inserida. Esses projetos são fundamentais, também, para o aperfeiçoamento dos discentes, além de contribuir para a formação humanística e ética dos futuros profissionais. Dentre os convênios firmados, estão as parcerias com a Universidade de Lisboa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e Blas Pascal na Argentina para o intercâmbio entre os estudantes, assim como a parceria com diversas Organizações não Governamentais para a realização de trabalhos voluntários e com instituições públicas e privadas para a oferta de estágios.

Em relação ao estágio, todo acompanhamento de parceria para estágio é feito pelo Núcleo de Prática Jurídica, assim como as parcerias com instituições de ensino e organizações não governamentais são feitas pelo Núcleo de Empregabilidade e Carreiras. Um dos objetivos da IES é de sempre implantar e renovar projetos de parceria e convênios que assegurem a prática profissional dos estudantes junto às empresas e organizações da região, bem como manter programas de apoio e orientação aos alunos, promovendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e facilitação para o ingresso no mercado de trabalho. Inclusive o Núcleo de empregabilidade realizou uma pesquisa com 35 alunos formados em 2025.1 e 69 formados em 2025.2, que vai anexo a este relatório.

A **biblioteca** está frequentemente sendo atualizada e a Faculdade pretende ampliá-la, no intuito de transformá-la em um espaço ainda mais amplo de pesquisa e aprendizagem para leitura, produção de texto, metodologia do trabalho científico e de técnicas de autoaprendizado. No ano de 2025, por exemplo, entre aquisições, doações, assinaturas e permutas são 469 (quatrocentos e sessenta e nove) exemplares. Possui, atualmente, um acervo de 39.020 (trinta e nove mil e vinte) livros distribuídos entre o acervo próprio e acervo particular de docentes da Instituição que lá depositam disponibilizando a toda comunidade discente e público externo frequentador.

4 PÓS-GRADUAÇÃO

O Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Baiana de Direito está em funcionamento desde 2013, sendo criado com 6 (seis) cursos e estando atualmente com 9 (nove) cursos e aproximadamente 579 (quinhentos e setenta e nove) alunos. Este número não é exato em virtude

dos quantitativos variáveis entre matrículas suspensas e desistências. São os cursos de pós-graduação atualmente em atividade:

- ✓ Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho Estratégicos;
- ✓ Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos;
- ✓ Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral - EAD
- ✓ Pós-Graduação em Direito e Prática Previdenciária;
- ✓ Pós-Graduação em Direito Médico, da Saúde e Bioética;
- ✓ Pós-Graduação em Direito Imobiliário e Prática Extrajudicial;
- ✓ Pós Premium em Direito e Processo Civil – Live Learning;
- ✓ Pós em Direito e Prática Tributária;
- ✓ Pós-graduação em Ciências Criminais na Contemporaneidade.

As aulas são em regra quinzenais, à exceção de cursos com aulas a cada 20 dias (imobiliário). O processo de avaliação institucional na pós-graduação ocorre a cada semestre, em virtude da sazonalidade das turmas, sendo realizada avaliação por disciplina e institucional.

O sistema avaliativo passou por uma reformulação no último ano e tem apresentado além das avaliações dissertativas através do ambiente de aprendizagem, também avaliações inovadoras que buscam avaliar competências como comunicação, capacidade de debate e defesa oral. São alguns exemplos dessas atividades podcasts, oficinas, debates de casos, etc.

Nas avaliações por disciplina, aplica-se questionário ao final de cada conjunto de aulas, avaliando aspectos pedagógicos, bem como cumprimento do conteúdo estabelecido. Em virtude da grande quantidade de cursos e disciplinas, torna-se impossível fazer aqui uma exposição pormenorizada dos resultados das avaliações, colocando à disposição as planilhas para consultas que se façam necessárias, sendo, portanto, anexo do presente relatório.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O processo de avaliação, durante o primeiro semestre, partiu de reuniões entre os membros da Comissão Própria de Avaliação voltadas à discussão dos questionários e aprimoramento do processo avaliativo e das devolutivas à comunidade. No segundo semestre, procedeu-se com a avaliação online junto à comunidade discente, e formulários físicos para docentes e corpo técnico.

Com esse intuito, como dito no início, realizou-se uma campanha de divulgação do processo de avaliação e a reformulação dos questionários considerando a consolidação do retorno presencial e as mudanças definitivamente incorporadas às rotinas acadêmicas. O objetivo é sempre manter a seriedade do processo avaliativo e o intuito colaborador com as decisões estratégicas da instituição de ensino.

Na sequência, apresentamos duas seções: em uma sugerimos ações ou mudanças que se entende necessárias com base nos resultados coletados e interpretados pela CPA; em outra apontamos e analisamos as mudanças operadas com base em relatórios anteriores da CPA.

5.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Superada a exposição dos dados levantados, passamos àquele que deve ser o propósito da avaliação institucional: conhecer e compreender para melhorar. É fornecer elementos – dados da realidade e reflexões – para fundamentar ações proativas da instituição, como nos lembra José Dias Sobrinho¹.

Através da CPA, busca-se a continuidade dos processos institucionais e a formação de uma memória relativa a ações gerenciais e atividades pedagógicas. Assim sendo, em regra, neste item, desenvolvemos proposições em relação a infraestrutura, comunicação, processo avaliatório e questões pedagógicas.

Com base nos dados colhidos na avaliação institucional de 2025, sugerimos como possíveis medidas a serem adotadas pela Faculdade Baiana de Direito:

1) Uma medida que se sugere em relação às questões pedagógicas é a Faculdade Baiana de Direito realizar **atualizações periódicas em metodologias ativas** com o corpo docente. A FBD incorporou o uso de metodologias ativas ao seu projeto pedagógico e este tem se apresentado como um elemento fundamental no modelo de organização da Faculdade. Contudo, nas avaliações de 2024 e 2025 ainda há uma parcela docente que indica usar as metodologias ativas em parte do processo, ou que indicam dificuldade em razão do número de discentes. Dessa maneira, sugere-se um permanente incremento desse modelo como modo de consolidá-lo institucionalmente e para que haja uma melhora constante dos processos.

¹ DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia de qualidade: acreditação da educação superior. *In*: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (org.). **Avaliação da educação**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2011. p. 17-41.

2) **Escuta da comunidade acadêmica sobre as vagas de estacionamento**: a pesquisa junto à comunidade em 2025 aponta uma margem maior de insatisfação com a questão de vagas de estacionamento, onde 59% apontam insatisfação. A CPA sugere a criação de meios de escuta da comunidade, podendo, a partir disso, implementar mudanças com a compreensão de quais os pontos críticos. É possível também pensar campanhas para sensibilizar à comunidade quanto à diversificação dos meios de transporte.

3) **Criação de ícone no site da Faculdade para divulgação das normativas institucionais** – a CPA detectou a inexistência de link direto para as normativas da Faculdade (Regulamentos, Portarias) no site da Faculdade Baiana de Direito. Em atendimento ao princípio da publicidade, entendemos fundamental a colocação de item na página da internet da Faculdade que possibilite a toda a comunidade e público externo acesso direto e facilitado a essas normativas.

O processo de avaliação institucional é contínuo e permanente e deve ser pensado com diferentes possibilidades de abordagem da comunidade acadêmica que não apenas os questionários elaborados pela CPA.

5.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Em 2025 a avaliação institucional prossegue atenta às mudanças operadas, em especial em relação a aspectos pedagógicos, em razão da implantação e reorganização curricular, que considerou a obrigatoriedade da extensão corresponder 10% da carga horária total do curso. Estas mudanças, associadas às alterações estruturais que ocorreram ao longo dos últimos anos, impõem ao processo avaliativo um olhar atento das ações sequenciadas e seus resultados perante a comunidade acadêmica.

Assim, enumeramos as principais medidas:

1) **Criação de novos espaços de convivência e lazer** – Em 2025 foi criada no sexto andar do prédio sede uma nova área de convivência e lazer para toda comunidade, especialmente os estudantes. Uma sala com jogos coletivos, mesas e cadeiras para descanso. Também foi feita reforma da cantina da Faculdade, ampliando o espaço e, com isso, incrementando a oferta de alimentação para a comunidade, inclusive com alternativas de almoço e ceia. Por fim, colocação de mobiliário nos corredores dos andares, possibilitando espaço para descanso no intervalo entre as aulas.





2) **Ampliação das salas coletivas para estudo** – No quinto andar do prédio foram criadas novas salas de estudo coletivo, com mesas e televisões para servir de apoio aos estudantes, podendo assistir vídeos, filmes ou revisar aulas em power point.



3) **Realização de capacitação docente** – em 2025 foi novamente promovida capacitação do corpo docente da Faculdade, incluindo professores da graduação e pós-graduação, focado especialmente no uso de recursos tecnológicos e IA na aplicação de metodologias ativas. A capacitação aconteceu de forma presencial e remota durante 3 dias, se constituindo em momento de aperfeiçoamento e diálogo do corpo docente.

ACOMPANHAMENTO DOCENTE




Ensino participativo & tecnologias educacionais



Guilherme
FORMA KLAFKE



Marina
FEFERBAUM

 20/10  19h00 às 20h30min  Remoto pelo teams



Para professores de graduação e pós,
equipe pedagógica e advogados do NPJ.



4) **Ações para o ENADE 2025** – ao longo do ano de 2025 foram realizadas uma série de ações junto aos alunos participantes do ENADE. Ações voltadas à sensibilização do corpo discente, docentes e colaboradores quanto à relevância do instrumento de avaliação, bem como atividades de interação fora do ambiente da Faculdade com essa mesma finalidade.

APROVAÇÃO CAMPANHA E PEÇAS

SELO:



SLOGAN:

"Sua dedicação é o nosso sucesso!"



LANÇAMENTO PROJETO ENADE PARA DISCENTES

CONVITE:



- ✓ Apresentação especial, PPT, para discentes.
- ✓ Explicação do Projeto aos Discentes.
- ✓ Conscientização sobre envolvimento deles para o sucesso do Exame.
- ✓ Ação Plante Direto com Núcleo de Empregabilidade e CAAPE.



LANÇAMENTO PROJETO ENADE PARA COLABORADORES

CONVITE:



- ✓ Apresentação especial, PPT, para colaboradores.
- ✓ Explicação do Projeto aos Colaboradores.
- ✓ Conscientização sobre envolvimento deles para o sucesso do Projeto.
- ✓ Distribuição camisas e orientação de uso ao longo do ano.



SIMULADO E FEIJOADA COM DISCENTES



ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO EDITAL E REGULAMENTO PREMIAÇÕES

ALUNOS CONCLUINTES



ALUNOS NÃO CONCLUINTES



5) **Pesquisa de empregabilidade junto aos egressos** – o Núcleo de Empregabilidade realizou ao final de 2025 uma pesquisa junto aos egressos da Faculdade Baiana de Direito. Ao todo 69 egressos responderam a uma pesquisa que auxiliará a Instituição a compreender melhor as demandas do processo de formação assim como as expectativas em relação às especializações e pós stricto sensu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostos os dados levantados, indicações desta Comissão e mudanças implementadas, dá-se por concluído o processo de avaliação institucional 2025.

É este o relatório elaborado pela Comissão Própria de Avaliação, que será encaminhado ao Presidente da Mantenedora, à Diretora de Operações, à Coordenação do Curso e debatido com a comunidade acadêmica, a fim de buscar alternativas para empreender, da melhor forma possível, o projeto e a missão da Faculdade Baiana de Direito.

Salvador, 27 de março de 2026.

Cláudia Albagli Nogueira Serpa

Coordenadora da CPA e membro do corpo docente

Susã Lira

Membro do corpo técnico-administrativo

Ana Carolina Alcântara

Membro do corpo discente

Lucca Nascimento

Membro representante da comunidade